EDITAL Nº 1, DE 29 DE JUNHO DE 2020

CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

CARGO: TERCEIRO-SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA

T E R C E I R A F A S E – D I A 3 – M A T U T I N O

I N S T R U Ç Õ E S
P R O V A D E D I R E I T O

- Você receberá do fiscal:
  - 1 (um) caderno de provas contendo 4 (quatro) questões discursivas; e
  - 8 (oito) folhas de texto definitivo.
- Verifique se a paginação do caderno de provas discursivas e a codificação das folhas de texto definitivo estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas discursivas, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a transcrição para as folhas de texto definitivo.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar suas folhas de texto definitivo e o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de provas 3 (três) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos após o início da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação da prova na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
- Verifique se os seus dados estão corretos nas folhas de texto definitivo das provas discursivas. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.

PROVA APLICADA

Tipo "U"

Realização iades

PROVA DE DIREITO

Orientações para a elaboração dos textos das provas discursivas.

- A prova de direito é composta por 4 (quatro) questões discursivas.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, e as respostas deverão ser transcritas para as folhas de texto definitivo.
- As **folhas de texto definitivo** das provas discursivas não poderão ser assinadas, rubricadas e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca, sob pena de anulação da prova.
- As **folhas de texto definitivo** são os únicos documentos válidos para a avaliação das provas discursivas.
- O candidato receberá 8 (oito) folhas de texto definitivo das provas discursivas, sendo 2 (duas) folhas para cada questão. As folhas de texto definitivo indicarão a qual questão pertencem. O candidato deverá observar atentamente a correspondência entre cada questão e a respectiva folha de texto definitivo, sob pena de ter o seu texto avaliado negativamente.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação das provas discursivas.
- As respostas para a questão 1 e para a questão 2 deverão ter extensão máxima de até 60 (sessenta) linhas cada uma. As respostas para a questão 3 e para a questão 4 deverão ter extensão máxima de até 40 (quarenta) linhas cada uma.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada como número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

QUESTÃO 1

"A mais proeminente exceção à proibição do uso da força é o direito de cada Estado de defender a si mesmo."

CRAWFORD, James. *Brownlie's Principles of International Law*. 8. ed. Oxford: Oxford, 2012, p. 747 (tradução nossa).

Um dos temas clássicos do direito internacional, abordado desde os primeiros doutrinadores da disciplina, o direito à legítima defesa encontra-se consagrado na Carta das Nações Unidas. Acerca desse assunto, aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- identifique as condições elementares para o exercício da legítima defesa e discorra a respeito;
- responda, segundo a Carta da ONU:
  1) quais são as modalidades de legítima defesa?
  2) quais são os deveres a serem observados por Estados membros que tenham exercido o direito de legítima defesa?; e
- com base nas respostas aos itens anteriores, discorra quanto às principais controvérsias envolvendo o exercício do direito à legítima defesa, mencionando, em sua análise, a "legítima defesa preventiva" ou "legítima defesa preemptiva" à luz do direito internacional.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

PROVA

RASCUNHO

1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

PROVA APLICADA

31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		

PROVA APLICADA

QUESTÃO 2

Em 18 de abril de 1946, a nova Corte realizou sua reunião inaugural nas instalações da antiga Corte, no Palácio da Paz, sob a liderança do vice-presidente da Corte, J. Basdevant, da França (o presidente estando em Genebra para a dissolução da CPJI). No mesmo dia, a última Assembleia da Liga das Nações, realizada em Genebra, por insistência do Reino Unido, dissolveu a Liga e a CPJI, depois de se despedir solenemente dessas duas instituições com destinos tão distintos. No entanto, apesar de a CIJ ser formalmente uma nova Corte, materialmente tudo foi feito para enfatizar a continuidade com a antiga Corte.

KOLB, Robert. *The Elgar companion to the International Court of Justice*. Cheltenham (UK), Northampton (USA): Edward Elgar, 2014, p. 24, tradução livre.

Considerando a importância histórico-normativa adquirida pela solução pacífica das controvérsias internacionais no século 20, os denominados meios jurisdicionais despontam como elementos estruturantes na manutenção da paz e da segurança internacionais, bem como na construção progressiva do *rule of law* na sociedade internacional. Com base nessa perspectiva, na transição demonstrada por Robert Kolb entre a antiga Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) e a Corte Internacional de Justiça (CIJ), aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- o contexto histórico institucional de dissolução da CPJI e de surgimento da CIJ;
- as duas espécies de jurisdição da CIJ, traçando suas características e especificidades, bem como os órgãos ou as entidades que podem acessá-las;
- o significado de "controvérsia jurídica" no direito internacional, levando em consideração, especialmente, a jurisprudência da CIJ ou da antiga CPJI;
- as principais inovações jurisprudenciais e (ou) as teses jurídicas dos seguintes Casos perante a CIJ: c.1) *Reparation for Injuries Suffered in the Service of the United Nations* (1949); c.2) *Barcelona Traction, Light and Power Company, Limited (Belgium v. Spain)* (segunda fase, 1970); c.3) *Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America)* (1991); e
- o caráter obrigatório ou facultativo das sentenças proferidas pela CIJ, detalhando também qual medida determinado Estado, Membro das Nações Unidas e parte em um caso perante a referida Corte, poderia tomar contra outro Estado litigante em virtude do descumprimento de obrigações internacionais impostas por sentença proferida pela Corte e qual órgão internacional o Estado que se sentir violado poderia recorrer para efetivar uma sentença favorável, em conformidade com o art. 94 da Carta das Nações Unidas.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

PROVA APLICADA

RASCUNHO

1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

PROVA APLICADA

31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		

PROVA APLICADA

QUESTÃO 3

"Um refugiado costuma ser uma pessoa obrigada a procurar refúgio devido a algum acto cometido ou por tomar alguma opinião política. Bom, é verdade que tivemos que procurar refúgio; mas não cometemos nenhum acto e a maioria de nós nunca sonhou em ter qualquer opinião política radical. O sentido do termo "refugiado" mudou connosco. Agora "refugiados" são aqueles de nós que chegaram à infelicidade de chegar a um novo país sem meios e tiveram que ser ajudados por comités de refugiados."

ARENDT, Hannah. *Nós, os refugiados.* Tradução de Ricardo Santos, Covilhã: LusoSofiapress, 2013.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, elabore um texto dissertativo a da condição jurídica do estrangeiro, abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- discorra sobre o conceito de repatriamento e sua condição nos tratados internacionais de direitos humanos e na lei de migrações brasileira;
- conceitue e diferencie o asilo e o refúgio, apontando suas principais diferenças e o tratamento dado pela legislação brasileira; e
- discorra sobre os princípios e diretrizes da política migratória brasileira traçando um breve comparativo com a do antigo Estatuto do Estrangeiro.

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

PROVA APLICADA

RASCUNHO

1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

PROVA APLICADA

31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		

PROVA APLICADA

QUESTÃO 4

"Os privilégios e imunidades diplomáticos acompanham a história das relações dos povos desde os seus primórdios. Imbuídos, inicialmente, de caráter religioso, foram, através dos tempos, absorvidos pelo direito consuetudinário e por acordos bilaterais, até serem, mais recentemente, incorporados a convenções internacionais e à legislação de número crescente de países".

MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo. *Privilégios e imunidades diplomáticos.* Brasília: FUNAG, 2002, p. 9.

"Apesar das dificuldades ainda hoje existentes, pode se dizer que a teoria da imunidade absoluta é, nos dias atuais, uma quimera. Ela se encontra quase que universalmente reprovada. Passou-se do absoluto ao restrito".

GARCIA, Márcio. Imunidade do Estado: quem disse que o rei não erra? *In*: GARCIA, Marcio; MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. *A imunidade de jurisdição e o judiciário brasileiro.* Brasília: CEDI, 2002, pp. 93-4.

Considerando que os excertos apresentados têm caráter meramente motivador, elabore um texto dissertativo a respeito de privilégios e imunidades diplomáticos. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- definição de privilégios e imunidades diplomáticos e consulares e explicação de seus propósitos;
- os instrumentos convencionais multilaterais em que se baseia o Brasil para reconhecer e aplicar privilégios e imunidades a agentes diplomáticos, a agentes consulares, a funcionários da Organização das Nações Unidas (ONU) e a funcionários das Agências Especializadas das Nações Unidas;
- identificação dos que fazem jus a privilégios e imunidades conforme os instrumentos convencionais identificados no segundo tópico, explicando a partir de que momento o agente diplomático brasileiro passa a gozar dessas prerrogativas;
- identificação de dois privilégios ou imunidades abrangidos em algum dos instrumentos convencionais mencionados na resposta ao segundo tópico; e
- dois aspectos relevantes da imunidade de jurisdição à luz da prática brasileira:
  1) junto a Estados estrangeiros; e
  2) junto à ONU.

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

PROVA APLICADA

RASCUNHO

1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

PROVA APLICADA

31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		

PROVA APLICADA